




Dificuldades enfrentadas por Pessoas Transexuais em Cursos de Formação Educacional Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, *Campus Macaé*

Difficulties Faced by Transgender People in Technical and Vocational Education and Training [TVET] Courses at the Fluminense Federal Institute of Education, Science and Technology, Macaé Campus
Dificultades de las Personas Transexuales en los Cursos de Formación Profesional y Tecnológica del Instituto Federal Fluminense de Educación, Ciencia y Tecnología, Campus Macaé

 **Leonardo Salvalaio Mulline** E-mail: leonardosalvalaio@gmail.com

 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense [IFF], Macaé, RJ, Brasil

 **Francine Guímel de Cristo Lessa** E-mail: francineguimel@gmail.com

Prefeitura Municipal de Cabo Frio, RJ, Brasil

 **Jefferson Manhães de Azevedo** E-mail: jazevedo@iff.edu.br

 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense [IFF], Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil



Resumo: A Educação Profissional e Tecnológica [EPT] é imprescindível na trajetória de vida das pessoas, contribuindo para dignidade financeira e autonomia econômica dos que por ela passam e adquirem uma profissão. Embora seja direito de todos, a EPT não tem sido efetivamente assegurada a pessoas transexuais, pois elas enfrentam diversas dificuldades para cursar essa modalidade de ensino. Este documento baseia-se em pesquisa bibliográfica, de campo e pesquisa-ação com abordagem qualitativa, de natureza aplicada e objetivos exploratórios e descritivos. O viés deste trabalho é analisar dificuldades que estudantes transgêneros enfrentam para Cursar a Educação Profissional e Tecnológica Integrada ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do *Campus Macaé* – Rio de Janeiro, e promover ações incluídas e acolhedoras para que essas pessoas reverberem suas vozes, visando ampliar sua dignidade, equidade, manutenção da cidadania e seus direitos.

Palavras-chave: transexuais; educação profissional; respeito; cidadania.

Abstract: Technical and Vocational Education and Training [TVET] is essential in the life trajectory of all people, contributing to the financial dignity and economic autonomy of those who have passed through it and acquired a profession. EPT is everyone's right. However, this right has not been effectively guaranteed to transgender people. These people face several difficulties in pursuing this type of education. The objective of this work is to analyze the difficulties that transgender students face in Technical and Vocational Education and Training Courses Integrated into High School, at the Federal Institute of Education, Science and Technology at *Campus Macaé* – Rio de Janeiro. This research has a qualitative approach, of an applied nature, with exploratory and descriptive objectives; based on bibliographical, field research and action research, and aims to promote inclusive and welcoming actions so that these people can reverberate their voices, increase dignity, equity, maintenance of citizenship and their rights.

Keywords: transgender; Technical and Vocational Education and Training [TVET]; respect; citizenship.

Resumen: La Educación Profesional y Tecnológica [EPT] es esencial en la trayectoria vital de todas las personas, contribuyendo a la dignidad económica y a la autonomía económica de quienes han pasado por ella y adquirido una profesión. La EPT es un derecho de todos. Sin embargo, este derecho no se ha garantizado de forma efectiva a las personas transexuales. Estas personas se enfrentan a diversas dificultades para cursar este tipo de educación. El objetivo de este trabajo es analizar las dificultades que los estudiantes transexuales enfrentan en los Cursos de Educación Profesional y Tecnológica Integrada a la Enseñanza Media, en el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología del *Campus Macaé* – Río de Janeiro. Esta investigación tiene un abordaje cualitativo, de naturaleza aplicada, con objetivos exploratorios y descriptivos; con base bibliográfica, investigación de campo e investigación-acción, y promueve acciones inclusivas y acogedoras para que estas personas puedan reverberar sus voces, con el objetivo de aumentar la dignidad, la equidad, el mantenimiento de la ciudadanía y sus derechos.

Palabras clave: transexual; educación profesional; respeto; ciudadanía.

Introdução

Enquanto travestis, enfrentamos batalhas cotidianas que vão do direito a estudar até o direito de não sermos mortas, entre outros direitos notadamente “simples” para cidadãos/cidadãs apreendidos sob gêneros inteligíveis [York, 2020, p. 16].

Educação transforma vidas, pessoas e sociedades. O conhecimento advindo da “Educação” fortalece o indivíduo, emponderando-o frente a diversas dificuldades enfrentadas na vida; sejam de ordem social, cultural, política, econômica ou financeira. Ao falar de conhecimento nos referimos a conceito de forma ampla, um conhecimento “desconcertante e provocativo”, que não reforça o binarismo certo ou errado, que apresenta outras opções de respostas e reflexões, “perturbando as formas convencionais do conhecimento”, permitindo análise e contestação, gerando conflitos e assentando novos saberes [Louro, 2000a, p. 62].

Educação é conhecimento, e ambos geram cidadania. Ao falar em cidadania, recorreremos à Constituição da República Federativa do Brasil [CRFB] de 1988, documento que rege todas as ações de governantes e cidadãos em nossos país, conferindo direitos e deveres a cada brasileiro nativo ou imigrante. Vejamos trechos desse documento: “DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS: Art. 1º [...] Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho [...] V – o pluralismo político” [Brasil, 1988, p. 1].

A integridade dos brasileiros está prevista na CRFB, que rege a promoção de igualdade social e respeito a diversidade, o combate à discriminação e o fomento à cidadania plena de seus patriotas. O viés de igualdade é a centralidade da CRFB, independente de raça, cor, gênero, religião, sexualidade ou identidade de gênero. Não distinguindo ninguém, o que inclui pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não Binários e demais pessoas que englobam a sigla [LGBTQIAPN+] em sua proteção e abrangência: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes” [Brasil, 1988, p. 1].

Cidadania é o que permite às pessoas gozarem de direitos e deveres, conferindo-lhes proteção, segurança, cuidado e acolhimento, fortalecendo a humanidade e validando-as perante seus iguais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos [DUDH] é outro documento importante na promoção de direitos à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à educação, ao trabalho justo e digno, à saúde, reforçando o conceito de cidadania. Vejamos trechos da DUDH.

Artigo 1 Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. [...]

Artigo 3 Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. [...]

Artigo 6 Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei. Artigo 7 Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. [...] [ONU, 1948, p. 4].

Como visto tanto a CRFB quanto a DUDH tratam sobre pessoas em geral. Sem qualquer distinção por gênero, sexualidade, raça, cor, etnia, religião, classe social ou identidade de gênero. Não excluindo as pessoas LGBTQIAPN+; ao contrário, tais documentos frisam que TODOS têm direitos e deveres. Um dos muitos direitos previstos em ambos os documentos é o direito à educação profissional [e tecnológica], formação essencial para promoção da dignidade financeira e da autonomia econômica dos indivíduos. Tal direito, porém, é muitas vezes negado às pessoas travestis e transexuais, seja por meio de atos discriminatórios e preconceituosos, por falta de apoio e incentivo estatais ou por outras situações, que detalharemos nos transcorrer deste documento.

Como forma de elucidar a relevância do conhecimento como instrumento transformador de vidas e amplificador de visões, citamos o “Curso Gênero e Diversidade na Escola [GDE]” e a “Especialização em Gênero e Sexualidade -EGEs”, ambos ofertados pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos [CLAM] do Instituto de Medicina Social [IMS] da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [UERJ]. Tais cursos são ofertados a professores da Rede Básica de Educação de todo o Estado do Rio de Janeiro, em regime de Educação a Distância [EAD]. Ambos apresentaram de forma clara e bem embasada experiências negativas [e positivas], desafios e dificuldades enfrentados pela população LGBTQIAPN+ para viver em sociedade, estudar, conseguir emprego digno e manter a dignidade social e econômica. Visando a mitigar ações excludentes e discriminatórias para com essas pessoas, em especial pessoas travestis e transexuais, esses conhecimentos são relevantes e necessários para quebrar preconceitos e tabus. Com um material rico, bem elaborado e fundamentado, os cursos focam em prover conhecimentos acerca da comunidade LGBTQIAPN+ a professores e a outros profissionais da educação.

O Curso, destinado à formação continuada de profissionais da Educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais, sexualidade e orientação sexual [...] reconhecimento da diversidade, na promoção da igualdade e no enfrentamento do preconceito e a todas as formas de discriminação, em particular no espaço escolar [Carrara *et al.*, 2009, p. 11].

Ambos os cursos tinham em seu cerne a oferta de conhecimento sobre a população LGBTQIAPN+ objetivando ampliar a visão empática e respeitosa acerca dessas pessoas, ruindo, assim, com ações homofóbicas e discriminatórias e promovendo uma vida mais salutar e humana para esses indivíduos. Os cursos fomentaram em nós o desejo por conhecer mais sobre as pessoas correspondentes à letra T da sigla: as pessoas travestis e transexuais, as quais são, de modo geral, vistas como aberrações pela população, situação que lhes causa preconceito e perseguição. Desmitificar isso é a principal motivação desta pesquisa. Entender quem são, conhecer suas vivências, angústias e anseios é a outra.

Metodologia

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, não tendo intenção de quantificar, e sim de compreender tanto a realidade social do grupo pesquisado, a saber: estudantes transexuais e travestis do IFF *Campus Macaé*, quanto as dificuldades e os desafios enfrentados por eles em frequentar a EPT. A referida pesquisa tem em seu cerne a preocupação com a realidade do grupo social analisado, suas vivências e dinâmicas não quantificáveis, por suas variâncias instáveis [Gerhardt; Silveira, 2009].

A natureza da pesquisa

A pesquisa tem natureza aplicada, a fim de “gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidas à solução de problemas específicos” [Gerhardt; Silveira, 2009, p. 35], no caso, dificuldades enfrentadas por pessoas transexuais e travestis em frequentar a EPT, verificando processos discriminatórios, preconceituosos e excludentes sofridos por essas pessoas no ambiente da EPT do IFF *Campus Macaé* e identificando possíveis autores e atores desses processos, visando promover ações [e atitudes] incluídas e respeitadas para que possam frequentar a EPT do IFF *Campus Macaé* de forma equânime, acolhedora e saudável.

Os objetivos da pesquisa

Os objetivos da pesquisa são exploratórios e descritivos, uma vez que, a fim de alcançar uma “maior familiaridade” mediante exploração do campo e de propor soluções, precisaremos identificar e entender o problema. Contamos, para isso, com a participação ativa e efetiva do(s) [sujeitos] objeto(s) da pesquisa, de modo consensual, ético, moral e respeitoso com todos, ouvindo relatos de situações vexatórias, discriminatórias e dolorosas sofridas no âmbito da EPT no IFF *Campus Macaé*. Para isso, investigaremos, analisaremos e descreveremos “fatos e fenômenos” da “realidade”, a qual estudantes travestis e transexuais enfrentam para cursar a EPT no IFF *Campus Macaé* [Gerhardt; Silveira, 2009, p. 37].

Os procedimentos da pesquisa

Como procedimentos técnicos utilizamos pesquisas bibliográficas buscando materiais já elaborados, constituídos de livros e artigos científicos, visando à vantagem de termos, assim, uma cobertura de informações mais ampla do que se fôssemos pesquisar diretamente [Gil, 2002]. Para isso, foram realizadas buscas em sites acadêmicos do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes], por meio de login da identificação unificada para os servidores e alunos do IFFluminense [idIFF]; da SciELO, Google Acadêmico e Scopus. As pesquisas foram iniciadas no segundo semestre do ano de 2021, durante a elaboração do pré-projeto de pesquisa. Utilizaram-se palavras-chaves como: “Travestis na Educação Profissional e Tecnológica”; “Transexuais e a educação”; “LGBTQIAPN+”, “As exclusões na educação profissional e tecnológica” e “Dificuldades de travestis na EPT”, sem, no entanto, lograr muito êxito, pois os documentos encontrados somente continham informações sobre a “saúde” de pessoas travestis e transexuais, confirmando a carência de pesquisas sobre dificuldades enfrentadas por pessoas travestis e transexuais para cursar a EPT. A partir desse insucesso, estendemos as buscas em páginas *on-line* dos órgãos de defesas dos direitos humanos, como a Organização das Nações Unidas [ONU], o Conselho Nacional de Direitos Humanos [CNDH], a Defensoria Pública da União [DPU], o Ministério Público Federal [MPF] e o Conselho Nacional de Justiça [CNJ], também sem êxito. Pesquisamos, ainda, autores que tratam sobre transexualidade, travestilidade e homossexualidade, como Berenice Bento [2011, 2017, 2018] Guacira Louro [2000a, 2000b, 2004, 2008]. Buscamos também escritores que abordam as questões de gênero, controle social e empoderamento, como Freud [2016], Michel Foucault [1987, 1988], e Judith Butler [2018]. E como estamos falando de educação, recorreremos a autores que abordam essa temática de um modo geral, como Paulo Freire [1985, 1996, 1997], José Carlos Libâneo [2001, 2005] e Demerval Saviani [1985, 1999], além de autores voltados à Educação Profissional e Tecnológica, como Acácia Kuenzer [2016], Maria Ciavatta [2011], Dante Moura [2014] e Marise Ramos [2014], para compor o acervo de documentos e proporcionar leituras, aprendizados e entendimentos sobre as dinâmicas e *nuances* envoltas no tema “eleito” como objeto de pesquisa.

Nos utilizamos, também, da pesquisa de campo e da pesquisa-ação dada a flexibilidade do planejamento no transcorrer da pesquisa e a fluidez dialógica com a realidade a ser pesquisada, o que nos permitiu estar junto ao problema/angústia, analisando-o, entendendo-o e sanando-o [ou tentando saná-lo] por meio de ações e intervenções diversas, de forma interativa, democrática e dinâmica [Gil, 2002].

Organização e planejamento da pesquisa

Planejamento e organização se fizeram presentes durante todo o processo, fosse ao selecionar documentos e participantes, na delimitação do curso e da turma a serem pesquisados, na audição de relatos de histórias, na elaboração, organização e orientação do preenchimento de documentos e questionários, ou ao coletar dados durante todo o processo de ação campal e exploratório. Registramos que tal pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil, sendo direcionada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Superior de Ensino Nossa Senhora Auxiliadora (ISECENSA), em 21 de novembro de 2022, recebendo a numeração 65056222.6.0000.5524 no Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE), tendo passado pelo crivo do referido CEP e sido aprovada sem quaisquer ressalvas ou restrições, sob o parecer de número 5.948.941.

Pesquisas de campo

Visando conhecer e/ou encontrar alunos transexuais e travestis do IFF *Campus Macaé*, a partir da aprovação do CEP ISECENSA, foram realizadas visitas àquela unidade na busca pelo público-alvo da pesquisa, além de algumas conversas com professores, coordenadores e alunos em geral. Buscamos, também, junto ao Registro Acadêmico, dados sobre os alunos transexuais e travestis ali matriculados, incluindo informações sobre o quantitativo desses alunos. Conversamos ainda com o Professor Severino Joaquim Correia Neto, que, à época, fazia parte da Diretoria de Relações Institucionais – DRICM, o qual nos orientou sobre onde e a quem procurar para conseguirmos encontrar tais alunos. Falamos também com a Professora Olívia Melo, do Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade – NUGEDIS, pessoas essenciais na intermediação entre nós e nosso público-alvo do IFF *Campus Macaé*.

Os participantes/amostra da pesquisa

A população eleita como objeto de pesquisa foi composta por quatro (04) estudantes transexuais e travestis matriculados em cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFF *Campus Macaé* - Rio de Janeiro. Sua participação deu-se de forma livre, consensual, não obrigatória e sem fidelidade, podendo esses alunos desistirem de participar da pesquisa a qualquer momento, sem constrangimento ou dolo durante toda e qualquer etapa do processo.

Os critérios para sua inclusão na pesquisa foram: estar matriculado em algum curso técnico do IFF *Campus Macaé*; identificar-se como pessoa travesti ou transexual; desejar participar e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ressaltamos que foram detalhados todos os objetivos e trâmites da pesquisa para os referidos alunos.

Após a seleção realizada e a aceitação dos alunos, os discentes transgêneros foram convidados a participar de uma entrevista pessoal e individual, bem como de uma roda de conversa com os demais participantes da pesquisa, para compartilharem suas vivências e experiências como discentes da EPT no IFF *Campus Macaé*. As informações obtidas nas entrevistas e na roda de conversa serviram de base para a elaboração de um formulário no *Google Forms*. O formulário foi composto por vinte (20) questões, sendo treze (13) perguntas fechadas, seis (06) perguntas abertas e uma (01), sugestão para um ambiente profissionalizante acolhedor e respeitoso para pessoas transgêneras. A ficha foi enviada de forma individual, diretamente para o número de celular de cada discente, através do aplicativo de mensagens *WhatsApp*. O questionário continha perguntas sobre as vivências dos discentes transgêneros no *campus* do IFF Macaé, investigando se foram bem recebidos, se haviam sofrido *bullying* ou discriminação, ou experimentado constrangimentos. E, ainda, se sua transição de gênero havia sido reconhecida, se haviam se sentido acolhidos, e como avaliavam suas experiências acadêmicas na EPT do *campus*.

Resultados e Discussão

Constatamos que há no IFF *Campus Macaé* um total de nove alunos transexuais matriculados em cursos integrados ou subsequentes distintos [variados], tendo a pesquisa, por esse motivo, de ser realizada com alunos matriculados em diferentes cursos daquele *campus*. Reiteramos que dos nove alunos transexuais encontrados no IFF *Campus Macaé*, apenas quatro puderam participar da pesquisa, sendo os demais impedidos de fazer parte em razão de questões sociofamiliares.

Característica da amostra/sujeitos da pesquisa

Nossa amostra consiste em quatro alunos transexuais masculinos, maiores de idade, autônomos e responsáveis por si mesmos, sendo dois deles do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Meio Ambiente (um do primeiro ano e outro do terceiro); um aluno do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Automação Industrial; e outro aluno do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica.

Identificação dos participantes

Para manter o anonimato dos participantes, o sigilo e a ética da pesquisa, os alunos participantes da pesquisa serão identificados, quando necessário, pelas letras AT, aludindo a “alunos transexuais”. Desta forma, teremos como participantes AT1, AT2, AT3 e AT4.

Aplicação do questionário/formulário

Os participantes da pesquisa responderam a vinte [20] questões de um formulário digital, elaborado no aplicativo de gerenciamento *Google Forms*, enviado via aplicativo de mensagem *Whatsapp* para os números particulares de cada um dos quatro [04] alunos. O formulário continha treze [13] perguntas fechadas; seis [06] perguntas abertas e uma [01] sugestão de ambiente acolhedor para pessoas travestis e transexuais no IFF *Campus Macaé*.

O critério seguido para classificação e tabulação dos dados foi a cronologia crescente – data e horário em que cada aluno respondeu ao questionário.

Análise das respostas do questionário/formulário

O [Quadro 1](#) apresenta a sequência, as características e os objetivos das perguntas contidas no questionário proposto.

Quadro 1. Perguntas do formulário

| Perguntas | Objetivos |
|--------------------------------------|--|
| Perguntas: 01*, 02, 03*, 04, 05 e 06 | de cunho individual e pessoal dos participantes |
| Perguntas: 07 e 08 | indagam sobre a ciência do quantitativo de alunos travestis e transexuais em sua turma e em todo o IFF <i>Campus Macaé</i> |
| Pergunta: 09 | questiona sobre a experiência e vivência pessoal do aluno, enquanto travesti e transexual, no ambiente do IFF <i>Campus Macaé</i> |
| Perguntas: 10, 11, 12 e 13 | são sobre ter sido respeitado ou ter sofrido transfobia no IFF <i>Campus Macaé</i> |
| Perguntas: 14, 15 e 16 | sobre equidade de direitos para pessoas transexuais e travestis e pessoas cis |
| Perguntas: 17 e 18 | sobre o relacionamento dos alunos transexuais e travestis com os professores, coordenadores e demais funcionários do IFF <i>Campus Macaé</i> |
| Perguntas: 19 e 20 | sugestões para um ambiente educacional acolhedor, inclusivo e respeitoso para pessoas transexuais travestis. |

Fonte: Elaboração própria, 2024

* As perguntas de números um [01] e três [03] não serão expostas por questões de sigilo e ética da pesquisa, pois se referem a informações de cunho individual e particular dos participantes da pesquisa.

As perguntas número um e três referiram-se ao nome social e ao endereço de *e-mail* pessoal dos discentes pesquisados. Para preservar sua identidade e garantir a ética e o sigilo da pesquisa, essas informações não serão expostas nem analisadas.

Os quatro discentes transgêneros responderam às 20 questões do formulário, sem qualquer exceção ou omissão. Trataremos, a seguir, das perguntas de dois a cinco. A segunda pergunta do questionário referia-se à utilização do nome social pelos participantes da pesquisa. Os quatro discentes transgêneros confirmaram utilizar seu nome social.

O nome social é um marco fundamental na vida das pessoas transgêneros, simbolizando o início de sua transição de gênero. A escolha de um novo nome é um gesto de autonomia e representa a forma como essas pessoas desejam ser reconhecidas pela sociedade, distanciando-se da identidade atribuída no nascimento. O respeito ao nome social é crucial para o seu bem-estar emocional e mental, contribuindo significativamente para a construção de uma vida mais autêntica e digna.

O respeito ao nome social é importante para pessoas trans, pois há algo incoerente entre suas identidades de gênero e os nomes que receberam ao nascer. Por isso, quando transacionam de gênero, para afirmar aquele com o qual se identificam, um "novo" nome é escolhido [Bento, 2017]. Para as pessoas trans, isso não configura uma opção, mas uma afirmação para o mundo sobre sua real identidade de gênero.

A quarta pergunta refere-se à idade dos participantes da pesquisa. Os quatro discentes transgêneros pesquisados têm entre 17 e 20 anos de idade, sendo considerados jovens.

As respostas dos discentes sobre suas identidades de gênero, na pergunta cinco, indicam que três deles se identificam como masculinos (sem o prefixo trans), enquanto um discente se identificou como transexual. Reitera-se que todos os discentes pesquisados (quatro) são trans masculinos autodeclarados, ou seja, foram designados como "meninas" ao nascerem, havendo feito posteriormente a transição para "meninos". Há, aparentemente, um conflito de pensamento e reflexão sobre suas identidades trans masculinas por parte de três dos quatro discentes pesquisados, visto que apenas um deles se compreende como parte dos "gêneros dissidentes".

Para os demais, é possível que a concepção de gênero masculino/feminino, que historicamente se hegemonizou e excluiu as pessoas trans, tenha sido incorporada e se reflita em suas respostas ([Bento, 2017](#)).

A pergunta seis refere-se ao curso em que os participantes da pesquisa estão matriculados. Dos quatro discentes transgêneros pesquisados, um está matriculado no Curso de Técnico Integrado ao Ensino Médio em Automação Industrial. A escolha pelo curso de Automação Industrial reflete um indivíduo com visão sobre o impacto das tecnologias na sociedade e nos processos industriais. Outro discente está matriculado no Curso de Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica. O indivíduo que opta pelo curso de eletromecânica demonstra responsabilidade, ética, e um entendimento sobre a importância da manutenção industrial e da segurança nos procedimentos técnicos. Além desses, dois discentes transgêneros estão matriculados no Curso de Técnico Integrado ao Ensino Médio em Meio Ambiente, estando um deles no primeiro ano e o outro no terceiro ano. O Curso de Técnico Integrado ao Ensino Médio em Meio Ambiente tem como objetivo formar profissionais capazes de trabalhar na análise, na preservação e no uso consciente dos recursos naturais.

A pergunta sete refere-se ao quantitativo de discentes transgêneros matriculados na turma do discente pesquisado. Os quatro estudantes pesquisados marcaram a opção que sugeria o quantitativo de um a três discentes transgêneros matriculados e frequentando sua turma. Os discentes informaram que havia apenas um estudante transgênero na turma, sendo ele o próprio sujeito participante da pesquisa. As turmas dos discentes pesquisados têm em média de 22 a 42 matriculados, e haver apenas um discente transgênero nessa realidade denota a necessidade de políticas públicas voltadas ao acesso dessa população a instituições profissionalizantes, para assim reduzir as desigualdades sociais enfrentadas por esse grupo.

Como já registrado, pessoas transgêneras, em sua maioria, não têm a oportunidade de estudar e se formar, muitas vezes recorrendo a subempregos. Esse cenário é imposto a 90% das pessoas trans que, após serem expulsas de casa e da escola, são excluídas do mercado de trabalho por falta de qualificação profissional ([ANTRA, 2018](#)).

A pergunta oito refere-se ao quantitativo de discentes transgêneros matriculados em todo o *campus*. Os discentes pesquisados estimaram existir entre cinco e dez discentes transgêneros matriculados e frequentando outras turmas no IFF *Campus Macaé*. Conforme mencionado anteriormente, há um total de nove discentes transgêneros matriculados no *campus*, já tendo quatro deles completado a maioridade civil, sendo assumidamente transgêneros perante a sociedade, a escola e os familiares. Os outros cinco discentes transgêneros são assumidos apenas dentro do ambiente escolar, em razão de conflitos familiares e religiosos que os impedem de realizar sua transição de forma plena.

Conforme [Bento \[2017\]](#), as relações entre pessoas transgêneras e suas famílias frequentemente são marcadas por memórias traumáticas e dolorosas, o que faz com que muitas delas deixem de realizar sua transição. As dinâmicas familiares têm um impacto direto no número de discentes transgêneros que frequentam a EPT do IFF *Campus Macaé*. A [ANTRA \[2018\]](#) reforça que famílias de pessoas trans são muitas vezes influenciadas por visões religiosas e normas heteronormativas, binárias e transfóbicas, o que resulta na sua rejeição e expulsão do convívio familiar. Isso acaba também afastando essas pessoas das instituições educacionais, contribuindo para o baixo número de discentes transgêneros matriculados e frequentando a EPT do IFF *Campus Macaé*.

A pergunta nove refere-se à experiência de ser discente transexual no IFF *Campus Macaé*.

As respostas à pergunta nove demonstram tanto sentimentos positivos quanto negativos, merecendo, por isso, uma análise mais detalhada. Assim, as respostas foram divididas em duas etapas para análise: primeiro, uma consideração das respostas em sua totalidade, e depois uma análise dos sentimentos expressos.

“Nada fácil, uma das maiores dificuldades é o acesso aos banheiros”

O participante AT1 relatou que ser um discente transgênero no IFF *Campus Macaé* não é fácil, destacando o uso e o acesso aos banheiros como uma das maiores dificuldades. A questão do uso de banheiros é um problema recorrente na vida de pessoas transgêneras, e o debate sobre esse tema é constante. Para grande parte da sociedade, há uma expectativa de que pessoas com pênis utilizem banheiros masculinos e pessoas com vagina, banheiros femininos, o que não se aplica à realidade de pessoas transgêneras.

Essa situação é prejudicial à dignidade, à saúde mental e física dessas pessoas, pois a restrição de acesso a banheiros pode levar ao acúmulo de urina e fezes, afetando o sistema excretor. Além disso, muitas vezes essas pessoas reduzem a ingestão de líquidos e alimentos para evitar a necessidade de utilizar o banheiro, causando desconforto e mal-estar. Impedir que pessoas transgêneras utilizem banheiros que correspondam à sua identidade de gênero é uma forma de violência [ANTRA, 2018].

A pergunta dez refere-se a ter sofrido transfobia no IFF *Campus Macaé*. Dos quatro discentes, um respondeu não ter sofrido transfobia no IFF *Campus Macaé*, significando que os demais foram alvo de atos transfóbicos. Essa pergunta é fechada, sem opção de complemento, por isso, não há informações sobre o tipo de transfobia a que tais discentes foram submetidos.

A pergunta onze se refere à frequência da ocorrência dos atos transfóbicos. Para essa pergunta, havia três opções de resposta, e foram obtidas duas respostas distintas: três discentes indicaram que a ocorrência de atos transfóbicos "dependem do dia e das pessoas", enquanto um discente respondeu "nunca, sempre fui respeitado[a/o]". É importante ressaltar que os quatro discentes transgêneros pesquisados estão em turmas diferentes, com horários e dinâmicas distintas. Dessa forma, pode-se entender e sugerir que os comportamentos transfóbicos ocorrem em diferentes ambientes no IFF *Campus Macaé*, os atos transfóbicos dão-se de forma imprevisível e arbitrária, estando ao bel-prazer das pessoas [transfóbicas], de acordo o estado de espírito e da subjetividade delas.

A pergunta doze diz respeito ao sentimento ao presenciar ou ser vítima de atos transfóbicos. Foram recebidas quatro respostas distintas, mas intrinsecamente conectadas, que revelam sentimentos e sensações de angústia e desconforto vivenciados pelos discentes transgêneros no ambiente do IFF *Campus Macaé*. Essas respostas refletem a realidade difícil que esses alunos enfrentam, apontando para a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre o acolhimento e o respeito às diversidades dentro desse espaço educacional.

A pergunta treze se refere ao sentimento de acolhimento em sala de aula. Os quatro discentes responderam sentir-se “respeitado [a/o]”, em sala de aula, o que traz certa tranquilidade e afago no âmago, por perceber que, em algum lugar, esses discentes são respeitados e acolhidos, denotando seus companheiros de classe para com eles. Porém, nem todos têm esse acolhimento, para muitas pessoas trans isso é quase utópico. É preciso se ater no fato de essa resposta se tratar de um ambiente específico, a sala de aula, onde o respeito e o acolhimento podem ter sido implementados pelo convívio direto e diário,

o que não configura a realidade geral das pessoas. Segundo a ANTRA [2018, p. 55], “essa população” é “exonerada” de direitos e de uma vida com “dignidade, respeito, e segurança” resultando na marginalização social, “violência psicológica, moral e física”, dessas pessoas.

A pergunta quatorze se refere à frequência da ocorrência dos atos transfóbicos. Os discentes pesquisados responderam não se sentirem tão cidadãos quanto “pessoas cis”. A CRFB [Brasil, 1988] em seu preâmbulo instrui a assegurar os “direitos”, o “bem-estar” e a igualdade sem preconceitos para com todos os cidadãos. A manutenção [implementação] e a valorização da igualdade são primordiais para uma sociedade que se propõe equânime, harmoniosa e inclusiva.

A pergunta quinze se refere ao gozo de direitos das pessoas trans. Três discentes responderam não gozarem dos mesmos direitos educacionais que as pessoas cis, e um discente respondeu que às vezes goza desses direitos de forma igual a pessoas cis. Essas respostas, ainda que pareçam divergentes, apresentam congruência, pois direitos educacionais precisam ser implementados e assegurados de forma igual a todos os discentes, sem qualquer restrição ou exclusão. Cerceamentos de direitos educacionais reforçam a evasão de trans de escolas e da EPT, “72%” dessas pessoas “não possuem o ensino médio”, desse percentual “56%” sequer terminou o “ensino fundamental”, o que as empurra para empregos informais, subempregos e a prostituição como manutenção financeira [ANTRA, 2018].

A pergunta dezesseis se refere ao gozo de direitos das pessoas trans.

AT1: “*muitas pessoas trans não tem chance de ir muito longe*”

A falta de perspectiva em qualquer contexto é motivo de preocupação, pois pode causar inércia e influenciar negativamente na busca por sonhos e projetos de vida. Segundo Paulo Freire, a esperança é uma característica intrínseca da natureza humana e precisa ser cultivada diariamente para não se transformar em “desesperança”. Quando a esperança se perde, ela age como um “aborto” do ímpeto de construir histórias de vida [Freire, 1996]. Assim, é necessário estimular e fortalecer a esperança na vida dos discentes trans do IFF *Campus Macaé*, para que possam seguir firmes em suas trajetórias de profissionalização de forma saudável e bem-sucedida.

A pergunta dezoito se refere ao relacionamento entre os coordenadores, professores e demais profissionais do IFF *Campus Macaé* e os discentes trans.

AT2: “*Sinto que me respeitam, mas não me apoiam. Diversas vezes queria recorrer à direção para tratar sobre algum assunto relacionado à transfobia e me contive por já esperar um tratamento mediano*”

Um conflito está posto nessa resposta. O discente relata que os coordenadores, professores e demais funcionários do IFF o respeitam, mas não o apoiam. Seria possível respeitar alguém e não o apoiar? Apoio e respeito são distintos ou similares? Respeito e apoio são ações intrínsecas e geralmente estão juntas em atitudes das pessoas umas com as outras; apoiar e respeitar não são dissociados. Berenice Bento [2017] afirma que em instituições escolares ocorrem muitas discriminações e desrespeitos às diversidades. A coordenação, os professores e demais profissionais do IFF *Campus Macaé* precisam estabelecer relações de respeito e apoio a todos os educandos, inclusive os discentes trans. Esses profissionais precisam promover ações inclusivas de respeito às diferenças, apoiando tais discentes no que for preciso e necessário. É incoerente que alguém tenha receio de recorrer a um superior

para fazer uma denúncia por medo de ser tratado de forma indevida. Isso por si só é um ato discriminatório, que precisa, urgentemente, ser corrigido. “As leis só se tornam realidade quando estão conectadas com a consciência coletiva que lhes daria sustentação” (Bento, 2017, p. 59).

A pergunta dezenove indaga sobre o que é possível melhorar no IFF *Campus Macaé* para discentes trans.

AT3: “Escolas deveriam dar mais voz para trans para exercer seus direitos, como direitos de ir ao banheiro do gênero em que você se identifica e ter atividades escolares que fazem parte de seu gênero. E claro, educar seus discentes para que não tenha situações de transfobia e preconceito”

Essa resposta denota a necessidade de um trabalho sobre inclusão e respeito para com as pessoas trans tanto no IFF *Campus Macaé* quanto em outras instituições escolares, valorizando essas pessoas como seres humanos que são, apoiando-as em seus direitos, como o de usar o banheiro de acordo com sua identidade de gênero. A ANTRA [2018] classifica a impedição ou o constrangimento no uso do banheiro de pessoas trans de acordo com o gênero com o qual se identifica como um ato de violência, o que configura violação à proteção da dignidade humana e ao direito de liberdade sexual e de gênero, necessitando essas atitudes serem combatidas através de ações e políticas públicas inclusivas e empáticas.

A questão de número vinte insta os discentes pesquisados a apresentarem sugestões para que o IFF *Campus Macaé* seja um ambiente agradável para discentes trans. A pergunta 20 solicitou sugestões de um ambiente acolhedor, inclusivo e equânime para pessoas trans no IFF *Campus Macaé*. Devido à natureza dessas sugestões, faremos uma análise conjunta, integrando todas as respostas, pois elas revelam desejos comuns entre os quatro discentes pesquisados. Os desejos se configuram no anseio por serem respeitados como seres humanos, dotados de todos os direitos previstos na Constituição Federal Brasileira, e por serem valorizados como cidadãos e indivíduos, mesmo diante de uma “construção de sujeitos generificados/as completamente articulada”, que reforça normas heterossexuais de forma “compulsória” e impõe “valores” e “representações sociais hegemônicas sobre gênero”, punindo quem ousa confrontar essas normas com as “mais variadas formas de violência, das mais sutis às mais destrutivas” (CFESS, 2016, p. 105).

Esses discentes lutam pelo direito à existência e resistência, pelo direito de não sofrerem preconceitos e transfobias nos ambientes do IFF *Campus Macaé*. Eles defendem o uso do nome social que escolheram, de acordo com suas identidades de gênero, pelo qual querem ser chamados e identificados, sem que seus nomes de registro ou “nomes mortos” permaneçam nos arquivos burocráticos. O debate sobre o uso do nome social tem sido discutido e analisado por várias instâncias ao longo das últimas décadas, desde o Ministério da Saúde (Brasil, 2009), passando pelos Ministérios do Planejamento (Brasil, 2010), do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (Brasil, 2015), até o Ministério da Educação (Brasil, 2018). No entanto, o que se observa, no que tange ao direito ao uso do nome social, são “gambiarras”, conforme descrito por Berenice Bento (2017), ou seja, medidas paliativas. Não são políticas públicas estruturadas e efetivas. O uso do nome social proporciona “segurança, conforto e acolhimento para as pessoas trans” (Bento, 2017), os debates e as análises acerca do uso do nome social ainda não se encontram esgotados, uma vez que a garantia desse direito permanece marcada por instabilidades, descontinuidades e pela ausência de mecanismos institucionais que assegurem sua efetivação plena e permanente no âmbito das políticas educacionais.

Outro ponto fundamental é o direito de serem identificados e tratados com os pronomes pessoais com os quais se identificam. A Constituição Brasileira, já em seu preâmbulo, garante a liberdade de ser quem se deseja ser [Brasil, 1988]. Todos devem ser livres para se identificar como ele, ela, elu ou elx. Essa liberdade precisa ser respeitada por aqueles que convivem e interagem com essas pessoas. Utilizar o pronome correto, de acordo com a identidade de gênero da pessoa, demonstra empatia. Para tanto, é necessário "educar" e "autoeducar" discentes, professores, equipe diretiva e demais funcionários do IFF *Campus Macaé* para um comportamento respeitoso, "ético", moral e libertador. Como destaca Paulo Freire [1996], "devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do educando", permitindo que aprendam "na prática" e com "coerência" a respeitar as diversidades, valorizando as pessoas trans através de ações virtuosas.

Considerações finais

De tudo vivido, vivenciado e aprendido durante essa pesquisa fica uma constatação deveras preocupante, a de que não há política pública voltada à saúde, à vida e à educação da população travesti e transexual no Brasil, não há leis que assegurem os direitos dessas pessoas. Percebemos que existem paliativos, ou "gambiarras legais" como frisa Berenice Bento [2017, 2018], como no caso da "permissão" de utilização do nome social em instituições públicas que consta no Decreto nº 8.727/2016, uma manobra legal que anula o direito integral de travestis e transexuais em ter seus nomes retificados em documentos oficiais, "invalidando suas transições" [Brasil, 2016], assim como a Lei nº 7.716/89 que equipara transfobia ao crime de racismo, lei que mistura crime racial com intolerância de gênero, situação incompreensível [Brasil, 1989]. Seria a pessoa transexual e travesti outra raça? Por isso transfobia se enquadra em lei racial? Esses são apenas dois exemplos para reforçar a ausência e o descaso dos governos e legisladores com essa população. A invisibilidade dessas pessoas é tão latente, que recortes e adendos são feitos em normativas já existentes para atender tal população. Dessa forma concluímos que, ainda em meados de 2025, a população travesti e transexual continua sofrendo o apagamento de identidade de gênero e o desrespeito a seus direitos como cidadãos e cidadãs que são. Concluímos, desse modo, que não há políticas públicas voltadas à educação e à profissionalização da população travesti e transexual brasileira.

Ansiamos que esse trabalho seja expandido e continuado, que sirva de contribuição para futuros estudos sobre as vivências e dificuldades de alunos transexuais de ingressarem e de se manterem em cursos profissionalizantes de diversas áreas e em diversos lugares do planeta, uma vez que o acesso a esse tipo de escrito amplia conhecimento, fomenta a empatia e o respeito, e favorece a justiça e a equidade para a vida das pessoas transexuais e travestis "dando" a essas pessoas a humanidade devida.

Referências

- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Brasília, DF: ANTRA, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.
- BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2022**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. [org.]. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasília, DF: ANTRA, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

BENTO, B. Debate quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, UNICAMP, p. e185300, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530000>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/kVfpxv4mhpF5X6GZpJhLtd>. Acesso em: 16 out. 2025.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio-ago. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 16 out. 2025.

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, EDUFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26037>. Acesso em: maio 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 8.727/2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85591-rces001-18&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Garantia da utilização do nome social para pessoas travestis e transexuais**. Brasília: MDS, 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/folders/cartilha_nome_social.pdf. Acesso em: maio 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria GM Nº 233, de 18 de maio de 2010. Assegura aos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 76, 19 maio 2010. Disponível em: <https://legis.sigepe.gov.br/legis/detalhar/7796>. Acesso em: jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 80, 14 ago. 2009. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html. Acesso em: 16 out. 2025.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARRARA, S.; HEILBORN, M. L.; ARAUJO, L.; RODHEN, F.; BARRETO, A.; PEREIRA, M. E. [org.] **Gênero e Diversidade na Escola, Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**: Livro de conteúdo: Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: https://www.e-clam.org/downloads/GDE_VOL1versaofinal082009.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Série Assistente Social no Combate ao Preconceito**: Transfobia, Caderno 4. Brasília, DF: CFESS, 2016. Disponível em: https://www.cfess.org.br/publicacao/index?RevistaSearch%5Bid_revista_categoria%5D=4. Acesso em: maio 2024.

CIAVATTA, M. História e historiografia de Celso Suckow da Fonseca. //r. CIAVATTA, M.; SILVEIRA, Z. S. **Celso Suckow da Fonseca**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2011.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. [Coleção Leitura].

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. [Coleção Educação e Comunicação, v. 15].

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ["O caso Dora"] e outros textos**: [1901-1905]. Tradução Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. [Obras completas, v. 6].

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. [org.]. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. //r. REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba, 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **O Sistema de Organização e Gestão da Escola.** 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LOURO, G. L. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade: o que fazemos nós com os saberes que produzimos?. //r. MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. [org.]. **Currículo, cultura e sociedade.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000b.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjSgYvVC>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MOURA, D. H. **Trabalho e Formação Docente na Educação Profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. [Coleção formação pedagógica, v. 3]. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/326;jsessionid=node01lq8e76qtdhj4lrb585wphml1315278.node0>. Acesso em: 22 abr. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 2 set. 2021.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. [Coleção formação pedagógica; v. 5]. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, D. Sentido da pedagogia e papel do pedagogo. **Revista da Ande**, São Paulo, n. 9, 1985.

YORK, S. W. **Tia, você é homem? Trans da/na educação:** des[a]fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso [Licenciatura em Pedagogia] – Centro de Educação e Humanidades Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2020.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

COMO CITAR ESTE ARTIGO SEGUNDO AS NORMAS DA REVISTA

ABNT: MULINE, L. S.; LESSA, F. G. C.; AZEVEDO, J. M. Dificuldades enfrentadas por pessoas transexuais em cursos de formação profissional e tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, *Campus Macaé. Vértices [Campos dos Goitacazes]*, v. 28, n. 1, e28123392, 2026. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v28n12026.23392>. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/23392>.

APA: Muline, L. S., Lessa, F. G. C., & Azevedo, J. M. [2026]. Dificuldades enfrentadas por pessoas transexuais em cursos de formação profissional e tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, *Campus Macaé. Vértices [Campos dos Goitacazes]*, 28(1), e28123392. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v28n12026.23392>.

DADOS DO AUTOR E AFILIAÇÃO INSTITUCIONAL

Leonardo Salvalaio Muline - Doutor em Ciências na área de Ensino em Biociências e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz [FIOCRUZ], Rio de Janeiro, RJ. Professor de Biologia do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Fluminense [IFF], *Campus Macaé*, Macaé, RJ – Brasil. E-mail: leonardosalvalaio@gmail.com.

Francine Guímel de Cristo Lessa - Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense [IFF], *Campus Macaé*, RJ. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de Cabo Frio, RJ – Brasil. E-mail: francineguimel@gmail.com.

Jefferson Manhães de Azevedo - Doutor em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ]. Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense [IFF], *Campus Campos Centro*, RJ – Brasil. E-mail: jazevedo@iff.edu.br.

FINANCIAMENTO

Os autores declararam não ter havido financiamento externo para a pesquisa que originou este artigo.

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA

Os autores declararam que houve a devida aprovação de comitê de ética na pesquisa, conforme o parecer de número 5.948.941.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores não declararam haver conflito de interesses.

DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Os autores não declararam haver uso de ferramentas de inteligência artificial generativa na pesquisa e na escrita do artigo.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTURAL

Este documento é protegido por Copyright © 2026 pelos Autores

LICENÇA DE USO

Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](#). Os usuários têm permissão para copiar e redistribuir os trabalhos por qualquer meio ou formato, e também para, tendo como base o seu conteúdo, reutilizar, transformar ou criar, com propósitos legais, até comerciais, desde que citada a fonte.

RESPONSABILIDADE PELA PUBLICAÇÃO

Essentia Editora, coordenação subordinada à PROPPIE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da Essentia Editora.